

## **Encontros régios e as relações luso-castelhanas no reinado de D. Afonso V**

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima – UFOPA<sup>1</sup>

**Resumo:** o trabalho tem como foco as relações diplomáticas no reinado de D. Afonso V (1438-1481), com destaque para os métodos de negociação utilizados. Nossa reflexão concentra-se nos encontros régios, momentos em que o próprio monarca atuou diretamente nas negociações diplomáticas. A fim de explorar tais encontros analisam-se as relações luso-castelhanas presentes nas crônicas ibéricas.

**Palavras-chave:** D. Afonso V – Relações Diplomáticas – Encontros Régios

## **Royal Meetings and Luso-Castilian Relations During the Reign Of King Afonso V**

**Abstract:** the work focuses on diplomatic relations during the reign of King Afonso V (1438-1481), especially the methods of negotiation used. Our reflection focuses on the royal meetings, moments when the monarch himself served directly in diplomatic negotiations. With the objective to explore these meetings we analyze the Luso-Castilian relations present in the Iberian chronicles.

**Keywords:** D. Afonso V – Diplomatic Relations – Royas meetings

\*\*\*

Na história da diplomacia, ou mesmo no campo das Relações Internacionais, o medievo não consta como período central de investigação, sendo as atenções dos pesquisadores voltadas, principalmente, para a sociedade contemporânea. As experiências diplomáticas medievais aparecem constantemente inseridas num grande recorte cronológico que abarca da Antiguidade ao século XV, sendo esse limite temporal rompido pelo surgimento das embaixadas permanentes, expressão da diplomacia moderna<sup>2</sup>. Nesse sentido, a noção de Idade Média como período de ligação entre a Antiguidade e a Modernidade permanece limitando uma visão que compreenda e explore a diversidade das práticas diplomáticas medievais.

---

<sup>1</sup> Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Coordenador do núcleo norte do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo.

<sup>2</sup> Cf.: SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. Diplomacia. In: *Dicionário de relações internacionais*. São Paulo/Barueri: Manole, 2010, p.53-54; MANNONI, Stefano. Relaciones Internacionales. In: *El Estado Moderno en Europa. Instituciones y derecho*. Roma: Editorial Trotta, 2002, p.198; MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.75.

Sem avançar no detalhamento da produção e dos debates historiográficos acerca do medievo, convém destacar que nas últimas décadas a renovação da história política, com sua consequente ampliação temática e conceitual, favoreceu a retomada da diplomacia medieval como objeto de investigação. A escolha de um embaixador ou de uma determinada comitiva diplomática, a organização das missões e das cerimônias de recepção, as formas de negociação oficiais e oficiosas, a documentação produzida, o investimento aplicado na diplomacia, as rotas e os meios de transporte, etc., são exemplos dos inúmeros temas de análise acerca da diplomacia medieval na atualidade<sup>3</sup>.

Não obstante, essa abertura de possibilidades de pesquisa não eliminou o problema da terminologia, visto que palavras como “diplomacia”, “política externa” e “relações internacionais”, entre outros termos utilizados atualmente, não são encontradas no medievo. Por lidar com essa terminologia imprecisa, por vezes a diplomacia medieval aparece pensada a partir das ausências, estas que só tem sentido quando comparadas ao modelo diplomático moderno. Como destacam Françoise Autrand e Philippe Contamine, existe ainda a questão das instituições, pois “*si la vigueur d’une action diplomatique est evidente dès le XIIIe siècle*”, tal aspecto não deu lugar ao nascimento de “*un véritable appareil administratif*”<sup>4</sup>. Por fim, outra dificuldade se encontra na ênfase dada ao papel do Estado na condução das relações internacionais e aos temas da guerra e da paz. Acreditamos que esse direcionamento reflete o peso do Realismo como teoria hegemônica das Relações Internacionais e a capacidade dessa perspectiva direcionar a produção dos medievalistas<sup>5</sup>.

Nesse quadro de avanços e limitações, temos investigado a diplomacia portuguesa entre 1385 e 1494, entendendo-a como um campo de exercício e afirmação do poder régio. A diplomacia mostra-se como um instrumento político que contribuiu para a consolidação das

---

<sup>3</sup> Para considerações acerca do desenvolvimento da temática, assim como sobre as perspectivas atuais de investigação, ver: *Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011. Como expressão das novas abordagens acerca da diplomacia medieval, ver: PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d’Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

<sup>4</sup> AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge. In: *Histoire de la diplomatie française. I. Du Moyen Âge à l’Empire*. Paris: Perrin, 2005, p.41-42.

<sup>5</sup> Sobre o Realismo, ver: BROWN, Chris & AINLEY, Kirsten. *Compreender as Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2012; SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. Realismo. In: *Dicionário de relações internacionais*. São Paulo/Barueri: Manole, 2010, p.235-239. Dois exemplos do direcionamento assinalado podem ser encontrados na obra *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*, de Bernard Guenée, publicada inicialmente em 1971, na qual o autor concentra a discussão da diplomacia como elemento contrário à guerra; e na obra *War and Competition between States* (2000), organizada por Phillippe Contamine em meio ao projeto *The Origins of the Modern State in Europe, 13<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> centuries*, na qual a diplomacia é discutida pelo eixo da paz/guerra.

estruturas de governo em suas bases institucionais e humanas e para a própria transformação da imagem do poder. Na pesquisa exploramos, especialmente, três eixos: as bases institucionais da diplomacia régia, os embaixadores e as práticas diplomáticas.

Dito isso, neste texto estaremos tratando do campo das práticas diplomáticas, especificamente dos métodos de negociação. Nesse universo, nossa reflexão se concentrará no reinado de D. Afonso V e nos momentos em que o próprio monarca atuou diretamente nas negociações diplomáticas.

\*

O protagonismo régio na condução dos assuntos externos é uma das marcas da diplomacia medieval e apresenta-se na escolha dos embaixadores, nas fórmulas de negociação e mesmo nas cerimônias diplomáticas. Esse aspecto, contudo, não deve ocultar o importante papel desempenhado por espaços administrativos – como o Conselho Régio e as Cortes – nas decisões sobre os assuntos externos e nem negligenciar a institucionalização do ofício diplomático, processo marcante em finais do medievo<sup>6</sup>.

Nesse contexto, os séculos XIV e XV conheceram uma intensificação das negociações diplomáticas e a ampliação e sistematização do ofício de embaixador. Ao longo do mesmo período, a consolidação das estruturas de governo conduziu à especialização dos agentes da diplomacia e, nos séculos seguintes, à consolidação de um novo método de negociação, as embaixadas permanentes<sup>7</sup>.

Esse destaque inicial visa reforçar a singularidade da ação direta de D. Afonso V na condução de suas relações exteriores, seja na viagem à França, no contexto da Guerra Peninsular<sup>8</sup>, seja nos diversos encontros régios com Enrique IV de Castela. Atualmente, esse tipo de encontro é nomeado “*summit meeting*”, “*conférence au sommet*”, ou “*reuniones en la cumbre*”, porém no medievo ibérico tais reuniões eram chamadas de Vistas Reais. Os encontros envolviam dois ou mais soberanos tratando, geralmente, da realização de alianças,

---

<sup>6</sup> Para o caso português, podemos destacar as discussões presentes em “Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos “privados” de D. João I”, de Carvalho Homem (1987), e *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*, de Armindo de Sousa (1990). Ambos os estudos indicam a importância do Conselho e das Cortes nos assuntos diplomáticos nos séculos XIV e XV.

<sup>7</sup> Sobre as discussões acerca da especialização dos agentes da diplomacia, ver: AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. *Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Idem*, p.108-132; QUELLER, David E. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. New Jersey: Princeton University Press, 1967. No que tange as discussões sobre a ruptura entre a diplomacia medieval e moderna, ver: BÉLY, Lucien. *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne. XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: PUF, 2007.

<sup>8</sup> Sobre a referida viagem, ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975.

da assinatura de tratados, do término de um conflito, ou do concerto de matrimônios entre famílias reais<sup>9</sup>.

Os encontros régios constituem uma modalidade de negociação presente ao longo do medievo. Não obstante, como assinala Stéphane Péquignot, a prática fez-se mais comum nos séculos da Alta Idade Média e da Idade Média Central, conhecendo um recuo nos séculos seguintes, que foram marcados pela ampliação do uso de representantes para conduzir as negociações. Contudo, ainda que esse recuo tenha sido significativo, a Baixa Idade Média permaneceu pontuada por encontros entre príncipes e reis, sendo a prática presente, em especial, nas relações ibéricas<sup>10</sup>.

Os encontros envolviam dois ou mais soberanos e tratavam, geralmente, da realização de alianças, da assinatura de tratados, do término de um conflito, ou do concerto de matrimônios entre famílias reais<sup>11</sup>. Diferente dos reinados anteriores da dinastia de Avis, o período de D. Afonso V deu destaque para o uso desse mecanismo de negociação, tendo o rei viajado para a França a fim de negociar o apoio de Luís IX às pretensões portuguesas em Castela, além de encontrar-se com Enrique IV, principalmente, para negociações matrimoniais e alianças militares. A fim de analisar a utilização desse instrumento nas relações luso-castelhanas, passamos a apresentação dos encontros régios ibéricos.

\*

De acordo com Diogo Ortiz de Zuñiga, em abril de 1456, na cidade de Badajoz, ocorreu o primeiro encontro régio entre Enrique IV e D. Afonso V<sup>12</sup>. Duarte Nunes de Leão, cronista português, acrescenta que a motivação para as vistas foi o traslado da ossada da rainha D. Leonor, que estava em Toledo e foi trazida pelos reis de Castela, Enrique e D. Joana, irmã de D. Afonso V. Além disso, Leão indica que o encontro ocorreu em Elvas e não em Badajoz<sup>13</sup>. Curiosamente, Rui de Pina não menciona as vistas, limitando-se a referenciar que “com muita e nobre gente [a ossada] foi trazida a Elvas”<sup>14</sup>. Por outro lado, a *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla*, silencia sobre os ossos de D. Leonor, mas acrescenta novos elementos ao encontro, constituindo-se no principal relato da reunião. A

---

<sup>9</sup> OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1993, v.3, p.289.

<sup>10</sup> PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi*. *Idem*, p.397-398.

<sup>11</sup> OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1993, v.3, p.289.

<sup>12</sup> ZUÑIGA, Diogo Ortiz de. *Annales eclesiásticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla*. Madrid: Imprensa Real, 1795, Tomo 11, p.344.

<sup>13</sup> LEÃO, Duarte Nunes de. *Crónica e Vida del Rey D. Affonso o V*. *Idem*, Cap. XXVII.

<sup>14</sup> CDAV, Cap.CXXXVII.





No ano de 1464, mais uma vez os monarcas voltaram a se encontrar. A conjuntura política ibérica tinha sofrido mudanças significativas. Após a morte do rei aragonês D. Alfonso V, o *Magnânimo* (1458), as disputas entre Aragão e Castela foram novamente acesas. Paralelamente, em 1460 formou-se novamente uma liga entre os grandes de Castela, que liderada pelo arcebispo Afonso Carillo, ampliou os poderes da nobreza em detrimento do poder régio<sup>18</sup>. De acordo com os *Anales de Aragón*, as vistas ocorreram na cidade de Gibraltar, tendo o encontro durado oito dias. Em meio ao contexto turbulento das relações ibéricas, Jerónimo Zurita afirma que a reunião foi orquestrada pela ação da rainha e do conde de Ledesma e tratou de “*muy estrecha confederación y amistad*” entre os reis<sup>19</sup>. As vistas de Gibraltar não passaram despercebidas por Rui de Pina e este também deu destaque ao encontro em sua crônica:

...El-Rei passou a Gibraltar, onde El-Rei de Portugal e El-Rei de Castella tiveram suas praticas e concordias, cuja sustancia foi requerer El-Rei D. Anrique liança a El-Rei D. Affonso, para contra os grandes de Castella, que com desleal alevantamento d’El-Rei D. Affonso o moço seu meio irmão lhe queriam desobedecer, e que para ter mais razão de o ajudar, queria que a Infante D. Isabel sua irmã casasse com El-Rei Affonso; e D. Joanna que então era havida por sua filha, e jurada por Princeza de Castella, casasse com D. João Principe de Portugal. E sobr’isto fizeram acordos prometidos e jurados nas mãos de D. Jorge, Bispo de Évora, que depois foi Arcebispo e Cardeal. Os quaes

---

<sup>18</sup> Cf.: ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p.231-232; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Los Trastamaras de Castilla y Aragón en el siglo XV*. Tomo XV de la Historia de España dirigida por Menéndez Pidal. Madrid: Espasa-Caspe, 1964; *Nobleza y Monarquía. Entendimiento y Rivalidad. El proceso de la construcción de la corona española*. Madrid: La esfera de los libros, 2005, p.290-300.

<sup>19</sup> ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Isso (coord.), María Isabel Yague y Pilar Rivero. Tomo VII, livro XVII, cap. LI, p.251.

principalmente pela grande inconstância do dito Rei D. Anrique, e por impedimentos e contradições outras que se seguiram não houveram efeito<sup>20</sup>.

Rui de Pina e Zurita reforçam que o ponto central das negociações de Gibraltar foi a proposta do duplo casamento entre as famílias reais portuguesa e castelhana, enlaces que visavam garantir o apoio de D. Afonso V aos interesses de Enrique IV em Castela<sup>21</sup>. Após o encontro, o rei de Portugal seguiu em romaria a Nossa Senhora de Guadalupe e, ao retornar, reuniu-se novamente com os reis castelhanos que o receberam na Ponte do Arcebispo, estando a princesa D. Isabel com os monarcas. O teor da discussão retomou o acordo estabelecido em Gibraltar, no entanto, os casamentos não se realizaram. As crônicas apontam diferentes motivos para esse desfecho. Rui de Pina indica que D. Isabel casou logo com D. Fernando de Aragão<sup>22</sup>. Por outro lado, Jerónimo Zurita sustenta que tal desenrolar deu-se pela falta de consentimento dos grandes e pela ausência do marquês de Villena nas vistas<sup>23</sup>, perspectiva que se aproxima da *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla*, que afirma que D. Isabel respondeu ao pedido de casamento dizendo que tal feito dependeria do conselho dos grandes do reino<sup>24</sup>.

A manifestação da resistência de parte da nobreza castelhana à proposta de enlace entre D. Isabel e D. Afonso V é um sinal do avanço das disputas internas em Castela. Em junho de 1465, a nobreza contrária a Enrique IV proclamou o infante Alfonso como rei, iniciando uma guerra civil que durou até 1468, ano em que D. Isabel foi jurada com legítima herdeira do rei pelo acordo de Guisando<sup>25</sup>. É interessante que nesse contexto a rainha D. Joana permaneceu capitaneando a aproximação com Portugal, assim como o projeto matrimonial citado. Nesse sentido, dirigiu-se a Portugal para encontrar com D. Afonso V, tendo poderes

---

<sup>20</sup> CDAV, Cap. CLIV.

<sup>21</sup> Acrescenta-se que a *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla* não menciona a negociação do casamento em Gibraltar, mas indica que “se fizieron grandes alegrías e juegos” (Cap. LVII).

<sup>22</sup> “E de hi [Elvas] para o concerto já praticado se foi ao lugar da ponte do Arcebispo, onde se viu com El-Rei D. Anrique, e com a Rainha D. Joana sua irmã. E allí tiveram as mesmas praticas e acordos de Gibraltar sobre casamentos e lianças, que em fim não houveram effeito, porque a Infante D. Isabel de Castella, contra vontade d’El-Rei D. Anrique, e por meio do Arcebispo de Tolledo, casou logo com D. Fernando, Principe d’Aragão e de Sicilia, (...) e o Principe de Portugal casou com a Senhora D. Lianor sua prima com irmã, filha maior do Infante D. Fernando, que depois foi Rainha de Portugal” (CDAV, Cap. CLVII).

<sup>23</sup> “No se contentando con aquellas vistas, habiendo venido el rey de Portugal al monesterio de Guadalupe salió el rey de Castilla con la reina a la Puente del Arzobispo a recibirle, y llevó la reina a la infante doña Isabel; y el matrimonio se dejó de solemnizar hasta tener el consentimiento de los grandes y porque no se halló en aquellas vistas el marqués de Villena” (ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón. Idem.*).

<sup>24</sup> *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla. Idem*, Cap. LVIII.

<sup>25</sup> Sobre a guerra civil em Castela, ver: LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reyes Católicos. Idem*, p.53-55; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Nobleza y Monarquía. Entendimiento y Rivalidad. Idem*, p.301-327.

para concertar o casamento do irmão com a infanta Isabel<sup>26</sup>. O lugar do encontro foi a cidade da Guarda, durante a realização de Cortes na cidade. Estas tiveram como um dos principais temas o pedido de auxílio ao rei castelhano. Consoante a *Chronica d’El-Rei D. Affonso V*, a rainha solicitou ajuda na assembleia, porém “foi El-Rei aconselhado que em tal discordia e empreza nem lianças se não atremettesse, da qual cousa com a mais honestidade que pôde se escusou”<sup>27</sup>. Acerca da questão matrimonial, sabemos apenas que D. Afonso V assinou capitulações que não surtiram efeito, porém a reunião da Guarda reforça os indícios do protagonismo da rainha de Castela nas negociações ibéricas do período.

A leitura da narrativa de Rui de Pina sugere que os impasses de 1464 e 1465 inviabilizaram a proposta de casamento luso-castelhano, tendo decorrido novos enlances após a dissolução do acordo<sup>28</sup>. Não obstante, de acordo com a *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla*, ainda em 1469, D. Afonso V enviou embaixada para negociar o seu casamento com D. Isabel, missão que não foi coroada de sucesso<sup>29</sup>, e no mesmo período o papa chegou a conceder a dispensa para o dito enlace<sup>30</sup>. A ação afonsina indica que o projeto matrimonial acalentado por Enrique IV continuava em pauta na corte portuguesa, sendo, talvez, o principal elemento garantidor do apoio militar demandado pelo rei castelhano.

Poucos anos depois, em 1472, os monarcas voltaram a se encontrar. Segundo o cronista português, as vistas ocorreram entre Badajoz e Elvas, sendo o objetivo central do encontro a negociação matrimonial. A mudança trazida pela reunião foi a noiva, que deixava de ser D. Isabel, à época casada com Fernando de Aragão, e passava a ser D. Joana, filha de Enrique IV e sobrinha de D. Afonso V<sup>31</sup>. Damião de Góis, na *Crónica do Príncipe D. João*, amplia o contexto das vistas informando que o rei de Castela retomou o projeto de casamento em virtude do fracasso da tentativa de casar D. Joana com o duque D. Carlos. Ainda segundo

---

<sup>26</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*. Edición preparada y anotada por António de la Torre y Luís Suárez Fernández. Valladolid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1958, vol.1, doc.10.

<sup>27</sup> CDAV, Cap. CLVIII.

<sup>28</sup> CDAV, Cap. CLVII.

<sup>29</sup> *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla*. *Idem*, Parte II, Cap. VII.

<sup>30</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*. *Idem*, doc.15.

<sup>31</sup> “E procurou [Henrique IV] de casar a dita Princesa D. Joana sua filha com El-Rei D. Affonso, sobre o qual como disse, se passaram mui continuas embaixadas, e por meio de D. João Pacheco, Mestre de Santiago, se concertaram vistas (...). E finalmente no caso e negocio intervieram tantas duvidas, e com esperança de tantos males e divisões de reino a reino, que El-Rei de Portugal tendo sobr’isso muitas vezes conselho, nunca em vida d’El-Rei D. Anrique se acharam taes meios, com que parecesse razão elle aceitar e concordar o dito casamento” (CDAV, Cap. CLXXI). Acrescenta-se que a *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla* e a *Crónica de los Señores Reys Católicos* indicam apenas que o encontro ocorreu nas proximidades de Badajoz (Cap. XLIX e Cap. IV, respectivamente).

esse cronista, as vistas não geraram resultados em virtude da não aceitação do monarca português<sup>32</sup>.

Após a morte de Enrique IV, o casamento em questão foi rediscutido e em inícios de 1475, D. Afonso V e D. Joana uniam-se em matrimônio. A partir do enlace teve início a guerra entre Portugal e Castela (1475-1479), e é nesse contexto que surge um possível encontro entre o monarca português e Fernando de Aragão, na cidade de Zamora, em 1476. De acordo com Fernando del Pulgar, houve uma tentativa de encontro noturno, secreto, em barcas que se encontrariam no meio do rio Douro<sup>33</sup>. Damião de Góis também indica o interesse em se organizar as vistas, mas não menciona que as mesmas ocorreram à noite<sup>34</sup>. Por outro lado, as crônicas de Rui de Pina e Garcia de Resende nada informam sobre o encontro, indicando apenas que representantes dos monarcas negociavam a paz numa ilha do rio Douro<sup>35</sup>.

Como demonstramos, poucos são os dados disponíveis sobre as vistas reais do reinado de D. Afonso V, contudo o próprio recurso do rei a esse mecanismo de negociação diplomática já merece atenção. Em primeiro lugar, sublinha-se que os encontros estruturaram-se após a reaproximação luso-castelhana, manifesta no casamento entre Enrique IV e D. Leonor (1455), envolvendo diretamente o crescente enfraquecimento interno do rei de Castela. Foi em torno da necessidade de apoio ao reino vizinho que o projeto matrimonial entre as cortes começou a ser estruturado e, mesmo com reveses ao longo dos anos 60 e 70, conseguiu efetivar-se, ainda que sob um novo formato. Foi exatamente o enlace entre D. Afonso V e D. Joana, negociado desde o colóquio de 1472, que sustentou as pretensões portuguesas ao trono de Castela e, assim, consideramos que o entendimento dos caminhos que levaram à guerra luso-castelhana passa pela compreensão da importância das vistas realizadas nos anos anteriores. Esses encontros engajaram os reis e os principais de cada corte, com destaque para a rainha de Castela, irmã do *Africano* e protagonista no trato entre os reinos, e foi nessas negociações sem intermediários que o cerne da política ibérica portuguesa foi discutido.

---

<sup>32</sup> GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, Cap. XL, p.99.

<sup>33</sup> PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Cotexada con antiguos manuscritos y aumentada de varias ilustraciones y enmiendas. Publicação original: Valencia, Imp. de Benito Monfort, 1790. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003, Cap. XLII, p.82.

<sup>34</sup> GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. *Idem*, Cap. LXXV.

<sup>35</sup> PINA, Ruy de. *Idem*, Cap. CLXXXIX; RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, Cap. XIII.

As vistas reais se deram num intervalo de dezessete anos, concentrando-se, exclusivamente, no reinado de Enrique IV. Tal aspecto é relevante e permite afirmar – concordando com o discurso cronístico português, castelhano e aragonês – que os encontros foram resultado da iniciativa do monarca de Castela e não uma ação portuguesa. Esse dado se amplia ao observamos que nos trinta e três anos de reinado efetivo de Afonso V (1448-1481), houve apenas um novo encontro régio, que ocorreu na viagem do *Africano* ao reino francês.

A observação anterior não impede que se destaque o fato de D. Afonso V ser o primeiro monarca avisino a participar deste tipo de negociação diplomática. O período de D. João I, D. Duarte e da regência (1385-1448) não conheceu qualquer vista real. O principal motivo parece ter sido a tensão nas relações luso-castelhanas que atravessou todo o período, tensão essa marcada tanto pelas disputas militares como pelos impasses ultramarinos. Nesse quadro, o reinado de Enrique IV destoa por representar a retomada da aliança dinástica entre Portugal e Castela. Mesmo com o casamento entre D. Isabel (filha do infante D. João) e Juan II, em 1447<sup>36</sup>, foi o enlace de Enrique IV que constituiu a base da política luso-castelhana entre os anos 50 e 70, a qual se pautou na busca do apoio português por parte da coroa castelhana.

Como tentamos sublinhar ao longo da apresentação dos encontros régios, a priori, todo o contexto de disputas internas em Castela que atravessou o período pouco parece envolver D. Afonso V, sendo Enrique IV quem tomava as iniciativas em prol da aliança luso-castelhana. Ainda nos anos 60 a posição do monarca português mostrava-se cautelosa frente aos acontecimentos do reino vizinho e a assinatura do acordo de 1464 não foi capaz de construir a aliança dinástica entre os reinos. A cautela ou as dúvidas acerca das consequências do acordo fizeram D. Afonso V, em 1466, estabelecer o matrimônio de seu herdeiro com D. Leonor de Bragança, enlace que, segundo Manuela Mendonça, representou um erro na questão castelhana<sup>37</sup>.

Sem avançar na proposição da autora, evidencia-se que em finais da década<sup>38</sup>, quiçá em virtude das negociações para o casamento de Fernando de Aragão com a infanta Isabel,

---

<sup>36</sup> Sobre esse casamento ver: CDAV, Cap. LXXXVII, p.25-26. De acordo com Visconde de Santarém, as negociações começaram em 1445, durante a estadia do condestável D. Pedro em Castela, sendo uma proposta de D. Álvaro de Luna. Sobre o mesmo tema, ver ainda: MENDONÇA, Manuela. *Guerra luso-castelhana. Século XV*. Lisboa: Quidnovi, 2006, p. 23-24.

<sup>37</sup> MENDONÇA, Manuela. *Guerra luso-castelhana. Século XV. Idem*, p.43.

<sup>38</sup> Julieta Araújo defende que os "meses cruciais" para a política ibérica decorreram entre o outono de 1468 e a primavera de 1469, período em que Isabel foi declarada herdeira do trono e se tratou do seu casamento com D. Fernando (*Portugal e Castela na Idade Média. Idem*, p.243).

futuros Reis Católicos, D. Afonso V decidiu agir. Enviou embaixadas e encontrou novamente com o rei de Castela visando garantir o seu casamento com D. Isabel, conseguindo inclusive as dispensas papais. Essa mudança de atitude do monarca revela um rei com grandes projetos. D. Afonso V tinha se empenhado na cruzada contra os turcos nos anos 50, conquistara e programava novas conquistas na África, negociava novas alianças para o reino e não deixou de sonhar com a união ibérica. Borges de Macedo apresenta a seguinte consideração sobre a política de D. Afonso V:

Até então, os reis portugueses tinham entendido que a neutralidade em face das questões peninsulares ou a posição defensiva era o que mais convinha ao país. D. Afonso V vem tomar a esse respeito uma posição diversa. A causa só pode ser o aumento da importância que, entretanto, o Atlântico tinha tomado, com a conseqüente capacidade política da intervenção portuguesa, a partir dessa valorização<sup>39</sup>.

As palavras do autor português nos colocam a observar dois aspectos: D. Afonso V modificou a orientação política dos monarcas anteriores nas questões ibéricas, e essa decisão demonstra a valorização e o aumento da importância de Portugal no cenário político da península e da Cristandade. Desta maneira, compreendemos que o século XV marca o início de uma projeção portuguesa, projeção que agregava tanto a expansão – temática que, pela relevância para a história de Portugal e do período, acaba por ofuscar outras realizações contemporâneas – como o fortalecimento da posição portuguesa no continente, seja nas rotas comerciais do Mar do Norte e do Mediterrâneo, seja nas relações com o papado, o império e os demais reinos da Cristandade. Todavia, essa compreensão não esgota a riqueza do trecho. Destaca-se que D. Afonso V inovou. Foi além da política ibérica feita até o momento. Teve consciência da nova posição portuguesa, assim como das possibilidades que a situação oferecia. Por fim, afirmamos que essa ação diferenciada do monarca nos assuntos externos, passou pela participação em diferentes encontros régios.

Os casos tratados nos permitem observar o papel de aconselhamento das cortes, instituições centrais da administração que tinham um papel significativo na condução dos assuntos externos. O mesmo caso, a visita de D. Joana, também contribui para a percepção da presença das rainhas e infantas nas questões diplomáticas, temática lembrada, por vezes,

---

<sup>39</sup> MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: 1987, p.62.

apenas em estudos de história das mulheres e de gênero. Em linhas gerais, o encontro de 1465 nos convida a ampliar o olhar sobre as práticas diplomáticas de finais do medievo.

Outro elemento de destaque é o lugar da reunião. A escolha do *entre* Badajoz e Elvas para as vistas reafirma a perspectiva historiográfica de que a negociação criava perigos para a honra dos envolvidos e, conseqüentemente, de que o local do encontro era de difícil definição. Nesse sentido, o caso de Zamora é singular. Se os colóquios anteriores deram-se num ambiente de aliança entre as cortes, a reunião de 1476 ocorreu durante a guerra, com os pactos entre os reinos suspensos. No entanto, mais uma vez é possível notar o cuidado com o espaço da negociação, o que levou os monarcas a encontrarem-se num barco ou numa ilha do rio Douro, num claro exemplo da busca da neutralidade e da igualdade nas negociações.

No intuito de concluir a presente reflexão, acreditamos que a análise dos encontros régios ocorridos no reinado de D. Afonso V não pode ser dissociada da consideração sobre o movimento amplo, característico do reinado e mesmo do próprio século XV português, de afirmação do reino no cenário da Cristandade. Todavia, como demonstramos, as Vistas demarcam a aproximação existente nas relações luso-castelhanas, as quais só podem ser compreendidas pelo reatar da aliança dinástica e pelas dificuldades de afirmação de Enrique IV. Essa ação régia, todavia, não configura um recuo afonsino do processo de consolidação dos métodos de negociação do período, posto que entre 1448 e 1481, ocorreu mais de quinze embaixadas entre os reinos, o que nos indica um universo de relações constantes e baseadas na figura dos embaixadores. Além disso, é do mesmo reinado o documento 26 presente no Livro Vermelho, intitulado “*Determinaçam, e Regimento d’ElRey, da maneira que se daquy em diante aja de ter acerca dos mantimentos ordenados, e corregimentos que se ham de dar aos Embaixadores, e pessoas que ele por seu serviço mandar fora de seus Reinos, com embaixadas, ou recados a algua partes...*”, datado de setembro de 1473, na cidade de Lisboa, mais uma expressão de que o protagonismo dos embaixadores dava seus primeiros passos.

#### **Referências bibliográficas**

- ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge. In: *Histoire de la diplomatie française. I. Du Moyen Âge à l’Empire*. Paris: Perrin, 2005, p.39-177.
- BÉLY, Lucien. *L’art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne. XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: PUF, 2007.

BROWN, Chris & AINLEY, Kirsten. *Compreender as Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2012.

*Crónica anónima de Enrique IV de Castilla. 1454-1474 (Crónica castellana)*. Edición crítica y comentada de Maria Pilar Sánchez-Parra. Madrid: Ediciones de La Torre, 1991.

*Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*. Edición preparada y anotada por António de la Torre y Luís Suárez Fernández. Valladolid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1958, vol.1.

GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reys Católicos*. Madrid: Alianza, 2004.

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II.

MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: 1987.

MANNONI, Stefano. Relaciones Internacionales. In: *El Estado Moderno en Europa. Instituciones y derecho*. Roma: Editorial Trotta, 2002, p.197-217.

MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.73-94.

MENDONÇA, Manuela. *Guerra luso-castelhana. Século XV*. Lisboa: Quidnovi, 2006.

OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1993, v.3

PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 3 Vols., 1901.

PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Cotexada con antiguos manuscritos y aumentada de varias ilustraciones y enmiendas. Publicação original: Valencia, Imp. de Benito Monfort, 1790. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003.

RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973.

QUELLER, David E. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. New Jersey: Princeton University Press, 1967.

*Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975.

SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. *Dicionário de relações internacionais*. São Paulo/Barueri: Manole, 2010.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Los Trastamaras de Castilla y Aragón en el siglo XV*. Tomo XV de la Historia de España dirigida por Menéndez Pidal. Madrid: Espasa-Caspe, 1964.

\_\_\_\_\_. *Nobleza y Monarquía. Entendimiento y Rivalidad. El proceso de la construcción de la corona española*. Madrid: La esfera de los libros, 2005.

ZUÑIGA, Diogo Ortiz de. *Annales eclesiásticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla*. Madrid: Imprensa Real, 1795, Tomo 11.

ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Isso (coord.), María Isabel Yague y Pilar Rivero. IFC, 2003.